

MEDIA

ERC coloca em discussão pública projecto de directiva sobre publicidade na imprensa

O conselho regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) abriu ontem o processo de consulta pública ao projecto de directiva sobre a inserção de publicidade em imprensa. O documento está aberto a discussão durante um mês, período findo o qual será emitida uma directiva.

O projecto, recorde-se, arrancou em Janeiro do ano passado, altura em que o conselho regulador da ERC em deliberação informou os directores de órgãos de comunicação da existência de "práticas publicitárias susceptíveis de configurarem lesão de normativos legais e deontológicos que regem a actividade jornalística". Na altura o conselho tinha manifestado a sua preocupação com o que chamou de "práticas publicitárias invasivas dos espaços jornalísticos, acarretando a descontinuidade e desmembramento de textos noticiosos, por interposição das mensagens publicitárias no seu interior".

No âmbito deste processo o conselho regulador procedeu a um levantamento dos diversos tipos de publicidade que marcam presença nos títulos, da qual resultou um estudo e agora um projecto de directiva onde as várias tipologias (do patrocínio, publireportagem à auto-promoção) são objecto de definição e enquadramento.

In M&P, Ana Marcela, 21.01

SJ quer debater despedimentos da Controlinveste na Assembleia da República

O Sindicato dos Jornalistas solicitou aos grupos parlamentares que convoquem com urgência o presidente da Controlinveste, Joaquim Oliveira, para uma audição parlamentar a propósito do despedimento colectivo de 122 colaboradores anunciado pelo grupo na semana passada. Com a presença de Joaquim Oliveira no Parlamento, o Sindicato pretende ver esclarecidos "os objectivos e a dimensão da iniciativa desencadeada, a perspectiva de iniciativas semelhantes no futuro próximo e as intenções do grupo quanto à potenciação das chamadas sinergias".

O Sindicato pede ainda, na carta enviada aos líderes parlamentares, a revogação de partes de dois artigos do Estatuto do Jornalista, em que está legislada a questão dos direitos de autor, uma das que mais críticas provocou aquando da aprovação do Estatuto.

In M&P, Sofia da Palma Rodrigues, 21.01

Quinto Canal: Rangel afastado do projecto da Zon

Os custos da programação e dos recursos humanos são os mais pesados no projecto do quinto canal de televisão em sinal aberto e vão definir o modelo que a Zon Multimédia deverá apresentar sexta-feira a concurso.

O projecto, que em Novembro passado era considerado pela Zon como fechado e

pronto a ser lançado, foi afastado pela administração da empresa devido aos seus custos.

Estes custos estiveram na base do «chumbo» do projecto do canal apresentado por Emídio Rangel, já que o modelo defendido pelo ex-director-geral da SIC e da RTP incluía um investimento alto em informação, uma das produções mais caras da televisão, disse à Lusa uma fonte ligada ao processo.

Apesar de garantir que «não há ainda nenhuma decisão da administração», o porta-voz da Zon Multimédia, Paulo Camacho, admitiu que «entre as opções que estão a ser estudadas, há um grande consenso que qualquer modelo [a apresentar] tem de ter em conta as condições actuais sócio-económicas e os condicionalismos do processo» de cobertura do canal.

«Todos os canais em sinal aberto baseiam o seu modelo de negócio em receitas publicitárias», disse, lembrando que as previsões apontam para descidas dos investimentos dos anunciantes para o próximo ano.

Os gastos com a programação são um dos factores que está a ser mais discutido «para se chegar a um equilíbrio entre programas comprados fora e produzidos nacionalmente, que representam custos diferentes», acrescentou.

Comparado com os gastos a ter com a grelha de programação, os custos do investimento inicial para lançar o canal são praticamente irrelevantes, adiantou ainda Paulo Camacho.

«O custo do investimento inicial é irrelevante se considerarmos 10 anos de emissão», disse, acrescentando que «o custo inicial do equipamento custará menos que um ano de grelha».

A programação da SIC e da TVI custa anualmente entre 70 a 90 milhões de euros, lembrou o responsável que se escusou a referir valores de investimento pensado pela Zon.

Paulo Camacho não confirmou o afastamento de Emídio Rangel do projecto de quinto canal, assegurando que o jornalista «participou em todo o processo» e «continua a trabalhar como consultor» da Zon. No entanto, uma fonte ligada ao processo adiantou à Lusa que o fundador da TSF «já não subscreve o projecto a apresentar a concurso» e que Emídio Rangel «afastou-se de todo o projecto».

A Zon Multimédia - cuja estrutura accionista inclui os grupos de media Cofina (4,91%), Controlinveste (3,71%) e Ongoing Investments (3,16%) - deverá ser a única empresa a apresentar-se ao concurso para o quinto canal, transmitido na plataforma digital terrestre.

A Zon conta ainda com accionistas como a Caixa Geral de Depósitos (15,09 por cento), BPI (7,74 por cento), Cinveste (5,79%), Telefónica (5,46%), fundação Joe Berardo (4,34%) e Banco Espírito Santo (3,97%), entre outros.

Depois de aprovado, o canal deverá ser lançado no prazo de um ano.

in Briefing, BRIEFING | LUSA, 21.01